



298

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL de nº 304441-3

EMBARGANTE: PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

EMBARGADO : LUIZ ARAÚJO MENEZES

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL – ACÓRDÃO RESULTANTE DE JULGAMENTO NO QUAL SE DECIDIRA, POR UNANIMIDADE, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO A APELO INTERPOSTO EM SEDE DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, REFORMANDO-SE SENTENÇA DE 1º GRAU PELA QUAL SE DECIDIRA, COM ANÁLISE MERITÓRIA, NA FORMA DOS ARTIGOS 269, INCISO I, 920, 926 E 927, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC), C/C O ARTIGO 1.210 DO CÓDIGO CIVIL EM VIGOR, NO SENTIDO DE QUE FOSSE A PARTE AUTORA REINTEGRADA NA POSSE DO IMÓVEL OBJETO DA CONTROVÉRSIA, BEM COMO NA DOS BENS QUE O GUARNECIAM.

- CONTRARIAMENTE AO APONTADO PELA EMBARGANTE, NÃO HÁ QUALQUER CONTRADIÇÃO OU ERRO DE FATO NO ACÓRDÃO ATACADO, UMA VEZ QUE ESTE SE ENCONTRA CORRETA E ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADO, A MATÉRIA TRAZIDA A

JULGAMENTO FOI CONVENIENTE E  
PERTINENTEMENTE APRECIADA. EMBARGOS  
REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.


277

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos embargos de declaração na apelação cível de nº 304441-3, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator (julgamento realizado em 10.06.14, ).

Recife, 10 de junho de 2014.

  
**Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**  
**Relator**





300

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL de nº 304441-3

EMBARGANTE: PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

EMBARGADO : LUIZ ARAÚJO MENEZES

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**RELATÓRIO:**

Cuida-se de embargos declaratórios opostos em face do acórdão lavrado na apelação cível de nº 304441-3 (fl. 198) —, resultante de julgamento no qual, à unanimidade de votos, a Colenda Sexta Câmara Cível do TJPE, no mérito, deu provimento a apelo interposto em sede de ação de reintegração de posse, reformando-se sentença de 1º grau pela qual o eminente julgador *a quo* havia decidido a lide, com análise meritória, na forma dos artigos 269, inciso I, 920, 926 e 927, todos do Código de Processo Civil (CPC), c/c o artigo 1.210 do Código Civil em vigor, no sentido de que fosse a parte autora reintegrada na posse do imóvel objeto da controvérsia, bem como na dos bens que o guarneciam; considerou o douto magistrado, ademais, configurada a hipótese de incidência do artigo 461 do CPC, razão pela qual deferiu o pleito de provimento antecipatório formulado pelo suplicante, determinando, em consequência, a desocupação, no prazo de 72 (setenta e duas horas), do referido imóvel.

Por seu turno, em 2º grau de jurisdição, a Colenda Sexta Câmara Cível do TJPE posicionou-se, indiscrepantemente, pelo provimento do apelo manejado pelo autor da ação originária, à consideração de que o recorrente comprovara possuir o imóvel de boa-fé,

por tê-lo adquirido e por ele pagado, sendo, ademais, justa sua posse, uma vez que não seria violenta, clandestina ou precária.

301

Agora, nos presentes embargos de declaração (razões às fls. 274/280), assevera a empresa embargante que, no julgado atacado, o ente julgador incorrera em contradição e erro de fato, uma vez que o recibo acostado aos autos não provaria ser justa a posse do apelante, já que este adquirira o bem de alguém que jamais fora proprietário do imóvel; prossegue afirmando ser juridicamente viável o debate sobre propriedade em sede de ação possessória, desde que ambos os litigantes estejam a disputar a posse com base em alegações de domínio ou no caso de haver conflito quanto à prova da posse - hipótese em que se deveria decidir em favor daquele que provasse o domínio. Pugna, portanto, pelo acolhimento dos aclaratórios, no sentido de que sejam sanados os vícios apontados.

Intimado para apresentar suas contrarrazões recursais, tendo-se em vista o caráter infringencial dos presentes embargos, deixou o embargado transcorrer em branco o prazo para fazê-lo, consoante se denota do conteúdo da certidão de fl. 289 dos autos.

É o relatório.

À votação.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
**Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**  
**Relator**



302

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL de nº 304441-3**

**EMBARGANTE: PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.**

**EMBARGADO : LUIZ ARAÚJO MENEZES**

**RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**VOTO:**

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a):

Insurge-se a embargante contra o acórdão lavrado nos autos da apelação cível de nº 304441-3 (ver fl. 198).

Aponta a recorrente que o acórdão resultante do julgamento da apelação cível manejada pelo autor da ação originária estaria eivado de contradição e erro de fato, tendo-se em vista que, segundo a narrativa empreendida nas razões dos presentes embargos, o recibo acostado aos autos não provaria ser justa a posse do apelante, já que este adquirira o bem de alguém que jamais fora proprietário do imóvel; prossegue afirmando ser juridicamente viável o debate sobre propriedade em sede de ação possessória, desde que ambos os litigantes estejam a disputar a posse com base em alegações de domínio ou no caso de haver conflito quanto à prova da posse - hipótese em que se deveria decidir em favor daquele que provasse o domínio.

Ocorre que, ao que se depreende de tal argumentação, a pretensão da embargante é a de que se proceda a uma nova análise da

matéria probatória trazida aos autos – sendo que a conclusão a que chegou a Colenda Câmara quando do julgamento do apelo, qual seja, a de que o recibo em questão representaria prova documental suficiente para se inferir ser justa a posse do apelante, já que esta não seria violenta, clandestina ou precária, de modo algum consubstancia qualquer contradição ou erro de fato, tratando-se, apenas e tão somente, de posicionamento jurídico que não atende aos interesses da parte embargante.

Nesse ponto, é de ser salientado, por pertinente, que os embargos de declaração servem para se extirparem do julgado eventuais contradições, omissões ou obscuridades, ou ainda erros de fato ou materiais - não constituindo, no entanto, meio processual apto a viabilizar uma nova análise das provas trazidas aos autos.

Em assim sendo, diante de todo o exposto, infere-se que, contrariamente ao apontado pela embargante, não há nenhuma contradição ou erro de fato no acórdão atacado; ao revés, este se encontra correta e adequadamente fundamentado.

Com efeito, a matéria trazida a julgamento foi conveniente e pertinentemente apreciada.

De mais a mais, o ente julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas sim a julgar a questão posta a exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos concernentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Além do mais, ao que se depreende da leitura das razões da embargante, esta objetiva, na verdade, a modificação do julgado, o que, em regra, mostra-se incabível, fazendo-se viável apenas em circunstâncias excepcionais.

304

Sobre a matéria, assim tem-se posicionado a jurisprudência pátria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITO INFRINGENTE. ART. 535 DO CPC. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. A regra disposta no art. 535 do CPC é absolutamente clara sobre o cabimento de embargos declaratórios, e estes só têm cabimento para emprestar efeito modificativo à decisão, em hipótese de rara excepcionalidade. Não se prestam a um reexame da matéria de mérito decidida no acórdão embargado. Não se verifica qualquer contradição no *decisum*. Embargos rejeitados. (STJ - EDCL/MS 6.311/DF, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 17/12/99).

Diante de tudo isso, conclui-se que as alegações da embargante não merecem guarida.

Com tais considerações, por entender inexistentes os vícios descritos no artigo 535 do CPC, voto no sentido de rejeitar os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator